

O QUE É MEMÓRIA?

Data de aceite: 02/10/2023

Rhayara Lira De Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Francinaide de Lima Silva Nascimento

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (**e das mulheres**). (Le Goff, 2012, p. 437, grifo nosso).

A memória é um conceito extenso, múltiplo, diverso e plural. Passou por vários redimensionamentos ao longo da história e existe enquanto fio condutor de consecutividade e seletividade entre

todas as civilizações. Do ponto de vista biológico, ela é entendida como uma capacidade cognitiva cerebral destinada ao armazenamento de informações por meio de sinapses e neurotransmissores. Para um computador, ela significa banco de dados e armazenamento. Do ponto de vista histórico, ela é compreendida como um movimento ondulatório e inconstante em suas manifestações, sendo, no entanto, primordial. Já pelo viés da historiografia é entendida como um importante processo produtivo e, por meio da lógica social, ela se faz um imperativo existencial.

A memória é o objeto e o material da história, bem como, um conceito crucial e, para além da propriedade de conservar “certas” informações, é também por meio dela que os seres humanos podem atualizar suas vivências, impressões e o seu passado. Ela não apenas está ligada à vida social, como também surge enquanto resultante desta em sua complexidade. A partir dela contemplam-se todas as coisas, ela se constitui como a metáfora de uma grande caixa onde se armazenam todos os

conceitos e o que se entende dos objetos e dos vocábulos e sem ela, esse todo se reduz ao nada. É por meio dela que reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras graças à sua semelhança com as passadas (Le Goff, 2012).

Alguns procedimentos são imprescindíveis à sua manutenção e existência enquanto processo de preservação, tais quais a fala, a escrita, os monumentos, as fotografias e os documentos, apesar de nem sempre ter sido assim, uma vez que as fotografias, por exemplo, surgem apenas no século XIX. O que demonstra, claramente que a forma de se produzir e reproduzir a memória se diversificou muito com o passar do tempo. Mas é somente por meio do registro, da administração e da preservação de elementos carregados de sentido ou informação que seu tecido se costura, de modo a formar o pano de fundo para a continuidade das narrativas da humanidade e das construções de identidades dos mais variados grupos, por ser a base da vivência, da inteligência e o alicerce das ideologias propagadas em sociedade.

O fazer memorialístico à ótica de Aristóteles, precisa encontrar os simulacros adequados das coisas que se deseja recordar, é preciso ter um método que dê sentido à produção proveniente do registro da memória, seja a sua transformação em um monumento, objetos ou narrativas. Isso porque a memória é não somente a razão, mas também fruto direto do conhecimento humano, e este saber é sempre mais forte, sólido e consistente quando ligado à sensibilidade. Portanto, é necessário se debruçar com interesse sobre as coisas que se deseja recordar, pois está a memória ligada à atenção e à intenção (Le Goff, 2012).

11 O REGISTRO ENQUANTO PRIVILÉGIO E OS SENHORES DO ESQUECIMENTO

[...] as evidências não são encontradas nos arquivos, são fabricadas pelos próprios procedimentos, aparatos e pressupostos teóricos e metodológicos do historiador. Somos nós que evidenciamos, colocamos em evidência dado evento ou conjunto de eventos e, no mesmo ato, esquecemos, ou jogamos para os bastidores outros tantos acontecimentos (Albuquerque, 2007, p. 26).

No Oriente Antigo, a memória coletiva tinha uma perspectiva monumental, manifestando-se por meio da construção de obeliscos e estelas, por exemplo. Ficou registrada em imensos prédios como as pirâmides ou esfinges e quanto maior a autoridade que o faraó líder de um projeto de edificação julgasse possuir, mais robusto e mais alto deveria ser o seu legado arquitetônico, exemplo clássico disso são as pirâmides de Gizé, nomeadamente Quéops, Quéfren e Miquerinos, pois apresentam tamanhos progressivamente maiores respectivamente às suas construções e, não coincidentemente, cada uma delas traz o nome do faraó que a demandou enquanto símbolo de poder.

A questão inquietante é: onde ficaram registradas as memórias dos servos que as

construíram? Que monumento foi destinado a eles? Além dos ossos fossilizados dos que morreram entre as pedras de suas construções, quais vestígios desses seres humanos tiveram o privilégio do registro? Quando se discute sobre as preocupações dos grupos, é imprescindível a compreensão de que estas ocorrem e colocam-se em uma via de mão dupla (ou múltipla), relativamente adaptável quanto a que grupo se refere e quanto aos tipos de relações que se desenvolvem internamente e externamente entre eles.

Quem seriam os Senhores do Esquecimento?

E os da Memória?

Quantos conseguem ocupar esses distintos espaços e quais os interesses que os norteiam em seus atos de registro de memórias pela História e da promoção de silenciamentos? Esses são questionamentos que exigem respostas complexas e que encontram base para tanto em diversos momentos da cronologia mundial. Ao passo que por meio de uma paradoxal análise “rápida” sobre séculos de História, é possível afirmar que para o preto escravizado, este senhor foi o colonizador. Para a indígena estuprada, o homem branco. Para a mulher negra violada, o senhor de engenho. Para o trabalhador, o empresário. Para o servo egípcio, o faraó e para a mulher ateniense, o cidadão. E assim, lamentável e consecutivamente, mediante as inúmeras e nefastas possibilidades existentes na lógica “opressores *versus* oprimidos”.

Ser senhor do esquecimento é ocupar o lugar de definição de quem fala, o que se pode falar, de quem cala e daquilo que deve ou não ser ouvido. Estes donos dos “territórios da ampulheta”, para propulsionarem as suas narrativas, apagam, manipulam ou deslegitimam inúmeras outras, aquelas que são entendidas e tratadas com desimportância, insignificância e negligência. Os senhores do esquecimento normalmente partiram do egoísta e violentador argumento pressuposto do progresso.

Nesse sentido, a colonização portuguesa no Brasil deslegitimou a cultura dos povos originários (Krenak, 2019), tentou anular seu idioma, sua religiosidade e sua indumentária por meio da imposição de uma cultura “certa”. Adoceu-os com o “novo”, forneceu-os espelhos da desumanidade e ensinou-os sobre um amor cristão baseado na violência, como poetizam os versos “Quem me dera ao menos uma vez entender como um só deus ao mesmo tempo é três e esse mesmo deus foi morto por vocês” (Russo, 1986), que além de matar seu próprio deus, legitimou também o assassinato em massa de seres humanos dentro de navios negreiros¹, em troncos e senzalas, calou mulheres no mato, nas camas, nas cozinhas ou nas salas.

O colonizador escravizou as pretas, chicoteou suas costas, amarrou-as ao tronco e deflorou seus corpos e suas intimidades. Depois disso, escravizou suas crianças e puniu-as arrancando seus dentes, decepando seus seios e jogando-as em senzalas e cozinhas.

1 4,8 milhões de africanos foram transportados para o Brasil e vendidos como escravos, ao longo de mais de três séculos. Outros 670 mil morreram no caminho. Além disso, independentemente de quem foram os culpados pela escravidão, não há dúvidas de que os 4,9 milhões de africanos trazidos como escravos para o Brasil são as vítimas. Nenhum outro lugar do mundo recebeu tantos escravos. Em comparação, nos Estados Unidos, foram 389 mil. (BBC Brasil, 2018)

E a essas pessoas, falar nunca foi uma opção. O silenciamento lhes foi imposto e preservar suas memórias passou a significar um ato revolucionário, ao qual hoje se dá o nome de sincretismo, quando se discute o ponto de vista religioso, ou resistência quando se fala em preservação e valorização de sua identidade cultural. (Akotirene, 2018)

E é daí que surgem os silêncios, as negativas e os apagamentos, que paradoxalmente podem ser mais reveladores até do que foi politicamente documentado. O silenciamento não apenas tentou apagar histórias, como cunhou práticas culturais específicas que se perpetuam até a contemporaneidade, sobretudo quando se reflete sobre o processo de imposição do etnocentrismo europeu aos primeiros brasileiros. O esquecimento enquanto resultante dessa prática é, na verdade, um projeto. A escravidão consolidou o racismo, a elitização as desigualdades sociais, o latifúndio criou os pobres sem terras e o patriarcalismo fez desenvolver um país machista. Da mesma forma, as violências sexuais cometidas contra as mulheres consolidaram o que podemos chamar de uma Cultura do Estupro, sobre a qual não se pode falar e a partir da qual, as mulheres foram ensinadas a calar, a desocupar os espaços e a se transformar em algo invisível.

O historiador é alguém que tem a tarefa de se descolar desta memória cristalizada, de fazer com que esta retorne ao fluxo temporal, que se liquefaça para que novamente possa correr na direção do futuro (Albuquerque, 2007, p 33). Não existem alternativas a uma História dos Esquecimentos senão a fala de quem foi silenciado, pois como propôs Abdulali (2019), “os silêncios não poderão ser mais potentes que as palavras”.

De acordo com Saffioti (2015), o lugar mais doloroso para um ser humano ocupar talvez seja o não lugar, essa região onde reside a subalternidade e as ausências, os esvaziamentos e as negativas. A história, por sua vez, enquanto narrativa de conferência do atestado de poder a grupos e a contextos específicos, apresenta a capacidade de promover a democratização e a territorialização das pessoas, mas infelizmente, no caso das mulheres, essa possibilidade foi subvertida. Nesse caso, é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos históricos responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes (Bordieu, 2019, p. 8).

Para Foucault (1981 *apud* Saffioti, 2015), os indivíduos são um dos primeiros efeitos do poder e, simultaneamente, seus centros de transmissão. Discorrer sobre História, Historiografia, Patriarcado e Misoginia, é, portanto, propor-se a entender as formas de interação dos indivíduos homens e mulheres em um grande jogo de poder no qual estas foram, por vezes, excluídas, sendo colocadas exatamente nesse lugar de dor que é o não lugar.

As mulheres, historicamente, tiveram a negação do direito à cidadania, foram entendidas como objetos sexuais e assistiram suas sexualidades serem tratadas de acordo com uma lógica extremamente utilitarista e objetificada. O corpo feminino não podia ter direito ao prazer ou ao conhecimento. Sua existência foi subalternizada à condição de

máquina reprodutiva e de realização de trabalhos no ambiente doméstico, como propôs a filósofa italiana Federici (2019b). E, por mais que essas opressões tenham acontecido em diferentes graus entre as mulheres brancas, negras e indígenas, algo muito ruim foi interseccional entre elas: a negação do mundo e a proibição da ocupação de espaços. Processo desencadeado em diferentes níveis, de acordo com o segmento da classe feminina que se apresentava, mas experimentado pelas mulheres enquanto grupo, em inúmeros recortes da História.²

Por estes motivos, as preocupações não são e nem poderão ser as mesmas entre os grupos e as comunidades, porque o silenciamento se projetou em diferentes graus e níveis de violência de acordo com quem esteve sob sua incidência. (Akotirene, 2018) E, para a classe em questão, especificamente,

É dessa forma que as mulheres têm sido silenciadas e até hoje excluídas de muitos lugares onde são tomadas decisões, privadas da possibilidade de determinar a própria experiência e forçadas a encarar os retratos misóginos ou idealizados que os homens fazem delas. (Federici, 2019a, p. 84)

E, “o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens”. (Beauvoir, 2019, p. 15). Durante a Antiguidade Clássica, mais especificamente em Atenas, surge o conceito de cidadania. A cidadania estava vinculada às demandas da vida na Polis – a cidade-Estado grega – que viria a radicar o conceito de política. No supracitado território, as mulheres eram terminantemente proibidas de comporem as discussões e decisões relativas à sociedade da qual faziam parte (mesmo sem o direito de fazer). No intuito de representar tal narrativa de silenciamento, em 1976, o cantor e compositor Chico Buarque de Holanda em parceria com Augusto Boal, lança uma canção intitulada *Mulheres de Atenas*, que, para além de evidenciar o estereótipo formulado na Grécia Antiga, acabou por simbolizar a atribuição de papéis destinados à mulher prevalentes ainda na sociedade Contemporânea: a dona de casa, a cuidadora, a reprodutora, a mãe, a parideira, a pacata, a obediente, a resignada, a violentada e a estuprada criatura (Federici, 2019b).

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas
Quando amadas, se perfumam
Se banham com leite, se arrumam
Suas melenas
Quando fustigadas não choram
Se ajoelham, pedem, imploram
Mais duras penas
Cadenas
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas
Quando Ellis embarcam, soldados
Elas tecem longos bordados

² É válido destacar que mesmo nesta intersecção também residem discrepâncias gritantes entre mulheres trans, brancas, pretas e indígenas. A critério de exemplificação, enquanto em fins do século XVIII as mulheres brancas lutavam por direitos políticos, as pretas reivindicavam sua libertação do sistema escravista no Brasil.

Mil quarentenas
 E quando Ellis voltam sedentos
 Querem arrancar violentos
 Carícias plenas
 Obscenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas
 Quando Ellis se entopem de vinho
 Costumam buscar o carinho
 De outras falenas
 Mas no fim da noite, aos pedaços
 Quase sempre voltam pros braços
 De suas pequenas
 Helenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
 Elas não têm gosto ou vontade
 Nem defeito nem qualidade
 Têm medo apenas
 Não têm sonhos, só têm presságios
 O seu homem, mares, naufrágios
 Lindas sirenas
 Morenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
 As jovens viúvas marcadas
 E as gestantes abandonadas
 Não fazem cenas
 Vestem-se de negro, se encolhem
 Se conformam e se recolhem
 Às suas novenas
 Serenas
 Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas
 (Boal; Hollanda, 1976)

Ritmada em tom melancólico, a música traz à tona milenares problemas relativos à existência da mulher em sociedade, como o seu viver em função da casa, dos filhos, do marido, da família, do trabalho doméstico e reprodutivo; os padrões de beleza para agradar ao meio em vez de a si próprias, o silenciamento frente à infidelidade masculina dentro de relações monogâmicas unilaterais e a resignação mediante gestos de violência, inclusive sexual, pois carícias plenas que se “arrancam” violentamente por um homem “sedento” precisam ser nomeadas da forma correta. A anulação de seus sonhos e desejos, promovida, inclusive, ao longo de muitas sociedades pela negação da voz e dos espaços e até mesmo a questão do abandono gestacional são também suscitadas.

Essa letra foi aqui evocada por sua imensa capacidade de síntese histórica em relação à condição feminina ao passar do tempo. Se, no século XII antes de Cristo, as mulheres eram submetidas a um processo de segregação político e socioespacial na

Grécia Clássica, cinco séculos depois, na civilização hebraica, estas eram entendidas basicamente como propriedade dos homens. Pertenciam a pais que as disciplinavam e controlavam, que depois pagariam o dote para que outros homens, agora seus maridos responsabilizassem-se por elas. Essas mulheres viveriam sob um rígido regime doméstico, deveria dedicar-se integralmente ao cotidiano familiar e a esse homem provedor, que além de ser possuir suas liberdades, obtinha ainda o direito de relacionar-se com uma concubina³ que, se engravidasse, traria ao mundo um filho sem direito a herança e inferior para a comunidade.

O Brasil foi alvo de colonização cristã por parte dos europeus portugueses. Logo, é fruto, dentre outros processos, da dita “progressista”⁴ civilização ocidental e do etnocentrismo europeu. O Cristianismo foi uma dentre as três religiões originadas pela raiz hebraica, juntamente com o Islamismo e o Judaísmo. Todas práticas de formatação essencialmente masculinista, androcêntrica e patriarcal. Isso explica muito dos hábitos culturais do povo brasileiro e das violências sofridas por mulheres ao longo da História e na Idade Contemporânea como um todo. Esse texto, por exemplo, começou a ser produzido no ano em que se assistiu a um crescimento progressivo e assustador nos casos de violência doméstica e feminicídio no país.

Na locomotiva da história, os trilhos foram fincados de acordo com interesses específicos e ligados a uma lógica de progresso segregacionista e monopolizadora. E tal monopólio, não se configurou apenas em uma perspectiva econômica, pois a própria história foi escrita mediante esse processo de monopolização. É nesse contexto que se insere a História das Mulheres, formada mediante os mais variados processos de silenciamento provenientes de uma historiografia negligente, misógina, falo e androcêntrica, os silêncios que compõem a construção das instituições, das nações e do mundo que faz de conta não ser ocupado por elas, são reveladores de um processo permeado por negação de espaços e violências simbólicas em detrimento de uma dominação masculina dos corpos, da política, da linguagem e das narrativas (Bourdieu, 2019; Saffioti, 2013; Scott, 1991).

Essas tentativas de dominação sobrepostas às mulheres, por meio das instituições e da produção de conhecimento dimensionada por elas. Entender o desconhecimento e a des-historicização como gestos intelectualizados e hegemônicos de violência contra as mulheres em seus contextos de apagamento, faz pensar sobre a necessidade de criar objetos de estudo e pesquisa que respondam a determinação desses processos por meio de protagonismo, o protagonismo que não foi registrado nos livros de história, que tornam a aparição de mulheres em materiais didáticos em seção “curiosidades” ou “saiba mais”, que relegam a esse grupo a categoria de conhecimento homeopaticamente distribuído em pílulas do saber, quando é distribuído (Smith, 1983).

3 Para a cultura hebraica a concubina era uma mulher com quem o homem poderia se relacionar sem a existência do vínculo do casamento. A cultura patriarcal predominante estabelecia essa relação como um direito do homem.

4 O progresso violentou, usou e assassinou os povos não etnocentrados, leia-se pretos e indígenas, no caso do Brasil, com ênfase nas mulheres, que além das violências de classe, sofreram também, as do sexo.

Um dos exemplos clássicos desse silenciamento é a referência a contextos gerais como se as mulheres simplesmente não existissem, não estivessem presentes ou como se não fizessem parte do corpo social, a exemplo da predominante demarcação do gênero masculino como gênero contemplativo a todas as demais categorias, falando-se sempre na história dos homens ou do homem, assim como em diversos usos que se atribuem à linguagem. É sempre sobre a história, a memória, a trajetória do “homem na humanidade”. É sempre sobre o desenvolvimento “do homem”, “para o homem” e “pelo homem” mesmo que haja uma infinidade de mulheres subjacente à mesma lógica à qual aquela afirmação se refere. As pessoas foram ensinadas a falar e a pensar assim. E, desse modo, as mulheres e sua memória coletiva foram sendo, gradativamente, apagadas dos processos sociais.

Scott (1991), discute sobre essas questões apontando para a direção de uma pseudoconstrução da história das mulheres, pois esta é normalmente colocada como anexo, como à parte, ou como um bônus na história dos homens, seja essa na Revolução Francesa, quando Olympe de Gouges foi assassinada por propor *A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* em 1791⁵ ou quando, durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhavam a baixíssimos salários, eram estupradas por soldados como “esposas de campanha”, atreladas a arados como mulas, ou, ainda, humilhadas em praça pública por terem se relacionado com soldados inimigos – tinham a cabeça raspada, perdiam seus direitos civis, sofriam violências sexuais e eram tidas como as “indignas da nação”, como veiculado em matéria jornalista do Portal Pragmatismo Político (2013):

O caso é que muitas coitadas que tiveram algum tipo de relacionamento com os soldados e oficiais alemães não tinham culpa, o que elas iriam fazer? Elas eram reféns de um estado ocupado. Mas a ira e a necessidade de encontrar bruxas para caçar não permitia o razoamento, se houvesse um indício qualquer, a coitada tinha sua cabeça raspada e era exposta em público como desgraça da nação. Muitas vezes só raspar a cabeça não bastava, eram despidas, abusadas, desenhavam a suástica nos seus rostos, ou queimavam a marca com ferro em brasa na testa. Estas mulheres foram reconhecidas como “nacionalmente indignas” e sofreram, além da degradante humilhação em público, penas de seis meses a um ano de prisão, seguida da perda total de direitos civis por mais um ano, quando ainda eram violentadas e insultadas nas ruas. Muitas não suportaram a vergonha daquela situação e sucumbiram cometendo suicídio.

⁵ Ela é guilhotinada 2 anos depois, em novembro de 1793, aos 45 anos de idade.



Figura 10 - A indigna da nação.

Fonte: Pragmatismo Político (2013).

Acerca disso, a figura 10 apresenta uma “indigna da nação” completamente exposta e violentada dentro do cenário da Segunda Guerra Mundial: seu pescoço tem mãos sufocantes ao redor, seu rosto apresenta semblante de humilhação e desesperança. A cara inchada possivelmente por choro revela as marcas da violência de uma caça às bruxas na História Contemporânea, a qual contrasta com o ar risível dos homens ao redor, que aparentemente divertem-se sobre a desgraça da mulher trucidada e exposta. Ela tem as mãos presas às costas e homens ao redor que a enxergam com escárnio e em perspectiva objetificante. A fotografia revela ainda a naturalização de tamanha crueldade e apresenta que dentro de uma guerra existem tantas outras.

Nesse sentido, observa-se que a história das mulheres é marcada por inúmeras violências, assim como por um protagonismo que foi comumente suprimido dos livros e narrativas. *Então, pergunto a você que me lê agora*⁶, o que te disseram sobre a história das mulheres? Quanto ou o que você sabe sobre seus movimentos de reivindicação política? Essa temática chegou até você como conhecimento produzido ou como silêncios induzidos?

A trajetória dialógica percorrida até aqui, nos mostra, portanto, que quando a história e a historiografia calaram as vozes das mulheres, retiraram-nas dos livros didáticos e as trataram como acessórias à História dos Homens, elas funcionaram, basicamente, como instrumentos de consolidação misógina do patriarcado, ao enfatizar de maneira infiel e

6 Estratégia machadiana de diálogo com a interlocutora ou o interlocutor, largamente utilizada na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

injusta, uma suposta⁷ inferioridade entre os gêneros. Cabendo à memória e aos estudos que podem se debruçar sobre ela, revolucionar essa trajetória de violência⁸ contra a mulher e a favor de seu esquecimento em um não lugar.

REFERÊNCIAS

ABDULALI, Sohaia. **Do que estamos falando quando falamos de estupro**. Tradução: Luis Reyes Gil. 1 ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de Teoria da História. 1 ed. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: Vol. 2: a experiência vivida. Tradução: Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BOAL, A. e HOLLANDA, C. **Mulheres de Atenas**. Rio de Janeiro: PHILIPS: 1976. Disco de Vinil (4m25s).

BORDIEU, Pierre de. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Traduzido por Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Traduzido por Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/11/o-triste-fim-das-viuvas-da-ocupacao.html%20> > acesso em: 20 de setembro de 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Traduzido por Bernardo Leitão... [et al.]. - 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

RUSSO, R. **Índios**. Rio de Janeiro: EMI: 1986. Disco de Vinil (4m23s).

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mitos e realidade. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

7 Aqui refere-se à desigualdade que se coloca como inerente a uma suposta condição de inferioridade feminina, largamente utilizada na negação de direitos políticos.

8 Aqui, nesta pesquisa, os processos de esquecimento e silenciamentos impostos às mulheres e a suas memórias são entendidos e problematizados, enquanto formas severas da violência de gênero.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In Educação & Realidade. Porto Alegre, nº16, julho / dezembro, 1991.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.